



## Ponto eletrônico opõe governo e indústria

Implantação obrigatória de registro eletrônico de frequência a partir de janeiro de 2012 foi defendida por representantes do governo

federal e criticada pela Confederação Nacional da Indústria durante audiência pública ontem na Comissão de Direitos Humanos. **5**



Ledja Austrilino, Paulo Paim, Francisco Lacerda e Manoel Messias na CDH: sistema visa evitar fraude, mas custo é alto

## Congresso tem um ano para mudar regras do FPE

Critérios de divisão do Fundo de Participação dos Estados, vistos como solução para os *royalties*, valem até final de 2012

O Supremo Tribunal Federal julgou inconstitucionais, em fevereiro de 2010, os critérios de rateio dos recursos do FPE, citados por muitos como solução para o impasse em torno

da divisão dos *royalties* do petróleo. O Congresso Nacional tem até 31 de dezembro de 2012 para mudar as regras do FPE. Caso não o faça, o Judiciário deverá decidir como será feita a divisão. **3**

Para senadores, Conselho de Justiça não deve sofrer mudança **4**

Mozarildo e Pedro Simon apoiam ato anticorrupção **4**

Beneficiário do Fies pode ter ajuda para pagar financiamento **7**

Suplicy enaltece escolha de três mulheres para Nobel da Paz **6**

Reforma vai deixar o Senado mais ágil, diz Eunício Oliveira **2**

### especial Cidadania

## Professor recebe abaixo do piso em nove estados

Levantamento da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) mostra que nove redes estaduais de ensino infringem a lei aprovada em 2008 e pagam aos professores iniciantes menos do que

o piso salarial de R\$ 1.187. Estados e municípios que não conseguem pagar o piso sozinhos podem ter ajuda do governo federal, desde que provem aplicar 25% de suas receitas em educação. **8**

## Divisão de *royalties* do petróleo motiva novos discursos

Francisco Dornelles, Lindbergh Farias, Renan Calheiros e Walter Pinheiro falaram sobre o assunto ontem. **3**



Manifestação em Minas Gerais: professores realizarão ato em Brasília dia 26 para reivindicar cumprimento da lei

Presidente da CCJ, senador Eunício Oliveira acredita que a reforma administrativa da Casa deve remanejar servidores e reduzir burocracia para tornar instituição mais ágil

## “Senado precisa de uma sacudida”, afirma Eunício

A REFORMA ADMINISTRATIVA do Senado, que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve votar neste mês, deverá servir a três objetivos urgentes: reduzir a burocracia, remanejar servidores para ocupações mais necessárias e tornar o Senado mais ágil. A afirmação é do presidente da CCJ, Eunício Oliveira (PMDB-CE), para quem a instituição “precisa de uma sacudida”.

– A reforma não deve ser contra os funcionários, mas voltada para corrigir distorções. Hoje, é um inferno a burocracia do Senado. Há coisas inexplicáveis. Há três impressoras num gabinete e, na hora que se precisa de um toner [tinta para impressora], é um “Deus nos acuda”... Tem que se levar o toner velho e aguardar vários dias para chegar um toner novo, numa burocracia inexplicável – disse.

Relator do projeto da reforma administrativa (PRS 96/09) na CCJ, o senador Benedito de Lira (PP-AL) disse que pretende entregar seu relatório à comissão até o fim do mês. Antes dele, foi relator do texto na Subcomissão Temporária da Reforma Administrativa, que funcionou no âmbito da CCJ, o senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES). O primeiro relator da matéria, na subcomissão, ainda na legislatura passada, foi Tasso Jereissati. Para Eunício Oliveira, depois de tanto tempo, a matéria tem que ser votada ainda este ano.

– Não dá para o Senado continuar assim. A Câmara tem uma estrutura muito mais ágil que a nossa. Para trocar uma porta de madeira por uma porta de vidro em meu gabinete, com o



Senador afirma que reforma administrativa deve ser votada este mês na CCJ

único intuito de tornar o ambiente mais claro, vi mais uma vez o poder dessa burocracia. Teve que vir o departamento de engenharia, um engenheiro, um arquiteto... Você passa por dez pessoas antes de trocar uma simples porta, destinada a tornar mais claro o gabinete.

Em defesa desse enxugamento das rotinas administrativas, Eunício Oliveira lastimou, sobretudo, o excesso de funcionários em lugares inadequados. Sempre ressaltando que a reforma não visa prejudicar servidores, ele disse considerar um absurdo a escassez de pessoal nas comissões técnicas, onde se realiza o trabalho mais intenso da instituição.

– Há uma carência alarmante de quadros para tocar as comissões. E há gente altamente qualificada no Senado, mas desviada de função. É preciso colocar esse pessoal para trabalhar nas

comissões, que é onde as coisas acontecem. Esta Casa precisa de uma reestruturação tanto física quanto gerencial. E acho que tem muito desperdício de dinheiro aqui, honestamente, acho que tem.

Deputado até o ano passado, o presidente da CCJ afirma que o mais embaraçoso no Senado é ver que, para atender a 81 senadores, a Casa tem uma burocracia mais pesada que a adotada na Câmara, onde trabalham 513 deputados.

– A estrutura da Câmara é muito mais enxuta que a do Senado. Nesta Casa, as comissões não têm sequer estrutura física. A torre do Senado [referência ao edifício do Anexo I] tem inúmeras salas ocupadas por terceiros, por partidos, por assessorias que pagam aluguel à Casa. O Senado, por acaso, é uma Casa legislativa ou uma imobiliária? – questionou.

### Falta de quórum impede votações no Plenário

Não houve votações no Plenário ontem, por falta de quórum. Normalmente, as sessões com pauta de votação acontecem às terças, quartas e quintas-feiras, mas, desde a semana passada, estava previsto que a sessão desta segunda seria deliberativa, devido ao feriado de amanhã.

O presidente do Senado, José Sarney, chegou a abrir a

ordem do dia, mas a encerrou logo em seguida ao verificar o quórum insuficiente.

Hoje será realizada nova sessão deliberativa. Na pauta de votações do Plenário, entre outros projetos, estão o PLS 467/08, que inclui novas atividades entre as beneficiárias do Simples Nacional, e 22 propostas sobre partilha dos royalties do petróleo entre

estados produtores e não produtores.

A questão dos royalties também deve ser analisada hoje pela comissão de senadores e deputados que avalia as diferentes propostas, em especial o substitutivo do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ao projeto de lei (PLS 448/11) do senador Wellington Dias (PT-PI).

### Wellington Dias comemora novas obras no Piauí



Senador aponta que anúncio faz parte das festividades do Dia do Piauí

O governo do Piauí pretende inaugurar cem obras neste mês, como parte do calendário de atividades do Dia do Piauí, a ser comemorado no próximo dia 19, anunciou Wellington Dias (PT-PI). Entre as obras, ele destacou a rodovia que liga a região de Bom Jesus à região de Caracol (BR-020), parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Wellington Dias informou ainda que o edital para licitação das obras da Rodovia Transcerrados será lançado dia 25. A Transcerra-

dos liga a região de São Sebastião Leal à cidade de Monte Alegre.

– Com o asfalto, a rodovia vai permitir um melhor escoamento da produção agrícola da região.

O senador informou também que o governo federal anunciou a intenção de licitar três hidrelétricas no rio Parnaíba. As usinas de Castelhamo, Cachoeiro e Estreito serão licitadas em conjunto e construídas na parte do rio que fica entre Teresina e Floriano. Já a usina de Ribeiro Gonçalves deverá ser licitada de forma separada.

### Russo festeja os 34 anos de Mato Grosso do Sul

Antonio Russo (PR-MS) saudou os 34 anos de criação de Mato Grosso do Sul e disse que, nesse período, o estado cresceu em infraestrutura, tornando-se hoje um dos principais polos de desenvolvimento do país.

O senador considerou acertada a decisão de desmembrar o antigo Mato Grosso para a criação de um novo estado, pois abriu espaço para o desenvolvimento do Centro-Oeste. Esse fenômeno, segundo ele, também poderá se repetir com o surgimento de novas unidades da Federação, a exemplo de Carajás e Tapajós, a partir do Pará.

Ele afirmou que Mato Grosso do Sul tornou-se importante produtor agroindustrial associado à conservação ambiental, gerando 10 milhões de toneladas de grãos e 40 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por ano.

O estado, acentuou, tem ampla estrutura de serviço, 450 quilômetros de rodovias pavimentadas, 1.700 de ferrovias e 1.800 de hidrovias, além de um parque industrial localizado estrategicamente na fronteira com o Paraguai e com a Bolívia, importante para o Mercosul.

### Criação do estado fez muito bem, avalia Delcídio

O senador Delcídio do Amaral (PT-MS) homenageou Mato Grosso do Sul, que hoje completa 34 anos de criação. O estado foi desmembrado de Mato Grosso em 1977.

– Essa divisão fez muito bem ao meu estado, um estado jovem, que faz fronteira com dois países da América do Sul importantes na integração que todos nós buscamos – afirmou, em referência ao Paraguai e à Bolívia.

A posição do estado, assinalou, também é estratégica, uma vez que Mato Grosso do Sul faz divisa com os estados de São Paulo, Goiás, Minas Gerais e Paraná. O senador enumerou as riquezas do estado, com ênfase na agricultura mecanizada e na mineração.

O potencial turístico das regiões de Bonito e do Pantanal, sem o foco na pesca predatória, mas no turismo contemplativo, também foi destacado.

O senador lembrou igualmente a diversificação da economia, que, além de pecuária e soja, produz milho e intensifica os investimentos em açúcar e etanol e nas florestas plantadas. A infraestrutura também está se consolidando, disse.



Segundo senador, estado é um dos polos de desenvolvimento do país



Delcídio: riquezas de Mato Grosso do Sul incluem agricultura e turismo

### Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 20h serão publicados na edição de quinta-feira do **Jornal do Senado**.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário Pesca industrial

14h Na pauta da sessão deliberativa, projeto que inclui a pesca industrial nas atividades vinculadas ao setor rural.

### Presidência Ordem do dia

16h O senador José Sarney preside a ordem do dia da sessão plenária.

### CAE Informação para consumidores

10h A Comissão de Assuntos Econômicos examina texto substitutivo de projeto que visa reforçar a transparência e o direito à informação nas relações de consumo. Entre as alterações, a proposta inclui no Código de Defesa do Consumidor o direito à informação sobre o preço à vista dos produtos, sobre a taxa mensal de juros cobrada e sobre a possibilidade de quitação antecipada dos débitos, com redução proporcional dos juros.

**SESSÕES ON-LINE:** Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões

Plenário: [www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao)

Comissões: [www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao)

### TV Senado

A TV Senado transmite às 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, reunião da **Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Supremo determinou que até dezembro de 2012 deverão ser definidos novos critérios de rateio para o Fundo de Participação dos Estados

# Regras do FPE têm data marcada para revisão

ENQUANTO, NA DISPUTA pelos *royalties* do petróleo, a ideia de distribuir parte da receita de acordo com as mesmas regras dos fundos de Participação dos Estados e dos Municípios desponta como um dos caminhos mais discutidos, outro debate, tão polêmico quanto esse, começa a exigir a atenção dos parlamentares. Até dezembro de 2012, por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), terão que ser revistos os critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

Em 24 de fevereiro de 2010, o STF declarou a inconstitucionalidade dos dispositivos da Lei Complementar 62/89, que disciplina o rateio do FPE, mantendo sua vigência até 31 de dezembro de 2012. A lei, cujos critérios de rateio foram estipulados com base no ano de 1989, previa que, a partir de 1992, uma outra legislação estabeleceria novos critérios com base no Censo de 1990. Essa revisão, porém, jamais foi feita.

O assunto é delicado, pois o FPE representa importante parcela da receita dos estados. A partilha atual é feita na proporção de 85% para os estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e de 15% para os estados do Sul e Sudeste.

Recentemente a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) promoveu audiência pública com a presença de representantes de secretarias estaduais da Fazenda. Prevaleceu o temor de estados como Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul de perderem suas receitas. O representante da Secretaria de Fazenda de São Paulo, Luiz Márcio de Souza, lembrou que mesmo os estados considerados ricos convivem com bolsões de pobreza e desigualdades sociais.



Ministros do STF Cezar Peluso (C) e Gilmar Mendes: sem acordo entre os parlamentares, Judiciário decidirá

Se o Congresso não chegar a um acordo, o Judiciário será instado a decidir o que acontecerá com o FPE e como os recursos serão distribuídos.

## Propostas em exame

De acordo com estudo do consultor legislativo do Senado Carlos Alexandre Rocha, as diversas propostas apresentadas projetam impactos distintos sobre as finanças estaduais. O mais antigo deles (PLP 50/00) traça três variáveis para as participações no rateio: 22% do total seriam rateados de acordo com a população de cada estado. Ou seja, quanto mais populoso, maior sua participação nessa

fatia de 22%. A maior parte dos recursos, 71%, seria dividida conforme a renda *per capita* inversamente proporcional: quanto menor a renda, maior a fatia do estado nos 71%. A área territorial seria a terceira variável, neste caso de 7% do total do FPE, com os estados maiores se beneficiando do maior volume de transferências. O projeto tramita na Câmara.

Também na Câmara está o PLP 565/10, da então deputada e hoje senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Por esse projeto, o rateio será feito transferindo-se mais dinheiro a quem tem menos renda, mas sem levar em conta a população e a extensão do território. Para chegar a

esse resultado prático, o projeto prevê o cálculo do inverso da renda *per capita*, obtido por meio da divisão de 1 pela renda *per capita* de cada estado. De maneira simplificada, quanto menor a renda *per capita*, maior o coeficiente e, portanto, maior a participação no bolo do FPE.

O projeto (PLS 289/11) mais recente, de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), prevê, além da diferença entre o índice de desenvolvimento humano (IDH), o inverso da renda *per capita*, o tamanho da população, a área territorial em relação ao total nacional e o coeficiente de atendimento domiciliar de água tratada e de cobertura de esgoto, entre outros critérios.

## Dornelles defende as regras atuais

Francisco Dornelles (PP-RJ) voltou a defender a manutenção dos contratos de áreas de exploração de petróleo já licitadas. O senador disse ontem que o Rio de Janeiro vinculou boa parte da receita dos *royalties* e da participação especial dessas áreas ao pagamento da dívida do estado com a União.

Segundo o senador, outra parte é destinada ao Fundo Estadual de Conservação Ambiental e à capitalização do Rio Previdência, fundo único da Previdência Social do estado. Na avaliação do parlamentar, a redução desses recursos poderia gerar insolvência. Dornelles é autor do PLS 574/11, que eleva o montante de *royalties* a serem pagos para futuras licitações, que seriam repartidos com estados não produtores. Ele argumentou que, dos R\$ 118 bilhões que a União arrecadou em 2010 no Rio, apenas R\$ 600 milhões retornaram pelo Fundo de Participação dos Estados. O estado teria perdido R\$ 6 bilhões pelo fato de o ICMS do petróleo ser arrecadado no destino.

Em aparte, Ricardo Ferraço (PMDB-ES) afirmou que o Senado precisa construir uma proposta que não desorganize as economias dos produtores.



Dornelles alerta para risco de insolvência do Rio



Senador fluminense quer evitar crise federativa

## Lindbergh: Dilma deve ser mediadora

Lindbergh Farias (PT-RJ) pediu à presidente Dilma Rousseff que assuma o papel de mediadora na discussão sobre partilha dos *royalties*, evitando uma "crise federativa" entre parlamentares.

O senador criticou a proposta de Wellington Dias (PT-PI) de uma nova alíquota para distribuição de recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE). Lindbergh ponderou que essa nova alíquota não poderia ser definida sem uma ampla discussão com a sociedade e contestou a afirmação de que os critérios do FPE definidos em 1989 seguiram o modelo do Código Tributário Nacional de 1966. Segundo ele, estudo da Consultoria Legislativa do Senado constatou que, se tivessem sido seguidas as normas do Código Tributário, os índices de partilha seriam outros. Pernambuco, por exemplo, teria mais recursos do que o Piauí.

Lindbergh também disse que o Rio de Janeiro vem sendo tratado como estado rico, quando, na verdade, enfrenta problemas de dinheiro. Em aparte, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) elogiou Lindbergh por se colocar como defensor de seu estado ainda que contrário às posturas de seu próprio partido.

## Para Renan, União pode ceder mais

O líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros, afirmou que a União deveria ceder um pouco mais na negociação sobre a partilha dos recursos do petróleo, pois entende ser grande concentração de arrecadação do governo federal.

Renan disse que o debate não pode enfraquecer a Federação e que o papel do Senado é buscar o equilíbrio. Apesar de reconhecer que a retirada brusca de recursos dos estados produtores poderia trazer prejuízos, ele ressaltou que é preciso buscar soluções urgentes.

– Estados e municípios produtores e municípios afetados por embarque e desembarque de petróleo auferem mais de 60% dos *royalties*, 50% da participação especial. Já os estados e municípios não produtores ficam com menos de 10% dos *royalties* e não recebem participação especial – lamentou.

A votação do Projeto de Lei do Senado 448/11, que busca um consenso, é esperada para o dia 19. Hoje uma comissão de senadores e deputados deve debater o substitutivo do relator, Vital do Rêgo (PMDB-PB). Também defenderam o consenso Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Valdir Raupp (PMDB-RO) e Magno Malta (PR-ES).



Renan diz que Senado deve buscar equilíbrio



Senador pede novo modelo de partilha

## Walter Pinheiro: royalties para todos

Walter Pinheiro (PT-BA) disse ontem que as discussões sobre a divisão dos *royalties* do petróleo oferecem uma excelente oportunidade para que seja elaborado um novo modelo de partilha de recursos tributários beneficiando todos os entes da Federação, especialmente os municípios.

Na visão do senador, as políticas públicas financiadas pelos *royalties* precisam chegar aos municípios, que é onde efetivamente vivem as pessoas.

– Estamos falando de uma riqueza nacional e temos que trabalhar de maneira que essa riqueza possa ser apropriada por todos – disse.

Mesmo reconhecendo a necessidade de considerar o problema da distribuição dos recursos do petróleo a partir de uma data futura, de modo a resguardar direitos dos estados produtores já fixados em contratos, Walter Pinheiro lembrou que a atividade petrolífera no Brasil foi totalmente financiada, ao longo de sua história, pela União – ou seja, é de todo o país.

Por isso, na opinião do parlamentar, os lucros devem beneficiar o país como um todo e não apenas os estados produtores.

Para os senadores, trabalho do Conselho Nacional de Justiça na investigação de magistrados suspeitos de irregularidades é assegurado pela Constituição, contribuindo com a transparência e a eficiência do Judiciário

## Ana Amélia e Jarbas Vasconcelos defendem independência do CNJ

ANA AMÉLIA (PP-RS) e Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) defenderam ontem a manutenção das funções de corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O poder do CNJ de punir juizes é questionado em ação direta de inconstitucionalidade movida pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) junto ao Supremo Tribunal Federal (STF).

A senadora lembrou que a emenda constitucional que criou o CNJ tramitou por dez anos no Congresso antes de ser aprovada. Ela acrescentou que, desde 2005, o CNJ já puniu 49 juizes e investiga hoje 61 denúncias, com acusações até de venda de sentença por magistrados.

A parlamentar afirmou que o CNJ deu um salto de qualidade na promoção da Justiça, proporcionando conquistas muito importantes, como a proibição

do nepotismo e a regulamentação do teto salarial dos magistrados, além de promover maior transparência nos gastos e na gestão dos tribunais.

– Tudo isso aperfeiçoa os serviços que são entregues à população, com custos menores para o contribuinte, e estimula a grande maioria de juizes honestos e trabalhadores a dedicar-se ainda mais.

Ana Amélia observou que um poder judiciário independente é pré-condição para uma democracia forte e consolidada. Ela considera que o CNJ traz segurança jurídica para um país que quer ampliar seu papel no cenário internacional.

### Ataque

Em pronunciamento no Plenário, Jarbas Vasconcelos repudiou o que chamou de ataque sofrido pelo CNJ. Ele atribuiu

as recentes críticas feitas ao órgão a membros do Poder Judiciário que resistem a aceitar um controle externo.

Na opinião do parlamentar, a AMB pretende transformar o órgão em “conselho honorário” ao questionar, no STF, o poder do CNJ para investigar transgressões da categoria.

– Aos olhos do cidadão brasileiro, não tem o menor cabimento a insinuação de que o trabalho de seus integrantes [do CNJ] teria exorbitado o raio constitucional de sua competência legal. Cabe ao Senado da República acompanhar de perto o atual impasse, de modo a evitar retrocessos e arranhões na democracia.

O senador registrou a posição da corregedora nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, que recentemente afirmou haver “bandidos escondidos atrás da toga”. Jarbas lamentou o “sentimento corporativo” que apoia as pressões para que o CNJ seja impedido de investigar magistrados diante da “confortável falta de transparência” das corregedorias estaduais.

– O que ocorre na prática é que as corregedorias dos tribunais de Justiça existem para não funcionar. Com raras exceções, estão submetidas ao compadrio, ao espírito de corpo.

O parlamentar também criticou a aposentadoria compulsória como “punição entre aspas” a magistrados e avaliou que, dos Poderes da República, o Judiciário é “o mais opaco, o mais refratário à ideia de que deve se submeter a mecanismos de controles e exigência de transparência”. A seu ver, é grande a indignação da sociedade e o Senado deve defender a independência do CNJ.



Senador informa que o custo das obras na sede do Executivo aumentou R\$ 34 milhões

## Alvaro Dias critica reforma do Palácio

Alvaro Dias (PSDB-PR) apontou ontem indícios de superfaturamento e irregularidades nas obras de reforma do Palácio do Planalto e também na ampliação da refinaria Getúlio Vargas, no município de Araucária (PR).

O senador disse que o Tribunal de Contas da União (TCU) denunciou desvios de R\$ 1,4 bilhão nas obras de expansão da refinaria e que a Polícia Federal (PF) investiga o caso. Ele anunciou que vai encaminhar ofício à PF e requerimento à Mesa do Senado pedindo cópia do inquérito. Vai também propor audiência pública na Comissão de Infraestrutura. Devem ser convidados o ministro do TCU Valmir Campelo, o 3º secretário de Fiscalização de Obras do tribunal, Eduardo Nery, e o delegado da PF Felipe Hayashi.

– O crime existe, mas quem é o criminoso? – questionou o senador.

Quanto às obras de reforma do Palácio do Planalto, Alvaro Dias disse que nota técnica da Secretaria de Controle Interno da Presidência da República mostrou que o custo do empreendimento passou de R\$ 78 milhões para R\$ 112 milhões. Ele voltou a pedir que a Mesa do Senado inclua na pauta de votações do Plenário requerimento que apresentou no início do ano pedindo esclarecimentos ao TCU sobre as irregularidades na reforma do Palácio.



Ana Amélia e Jarbas Vasconcelos (D) criticam ação no STF que tenta limitar o trabalho do conselho

## Mozarildo quer apoio a nova marcha contra corrupção



A segunda edição da Marcha contra a Corrupção, marcada para amanhã, foi elogiada por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), para quem a iniciativa é louvável principalmente por partir da própria sociedade. O senador clamou todos a participarem da marcha.

– A corrupção alimenta a miséria de muitos e a riqueza de poucos. É a grande responsável por termos uma péssima saúde, uma educação sofrível e termos uma segurança muito ruim, de norte a sul, de leste a oeste deste país. É fundamental que nós todos a combatamos – afirmou.

O senador lamentou, no entanto, a posição de eleitores que, segundo várias pesquisas, admitem que votariam em um político que lhes prestasse um favor. Segundo ele, essa prática ajudaria maus políticos a se elegerem, contribuindo para aumentar a corrupção.

Mozarildo também comemorou a iniciativa do Senado de formar parcerias com as assembleias legislativas dos estados da região Norte, como Roraima, para a transmissão da TV e da Rádio Senado e da TV da assembleia local em sinal digital aberto.

## “Mostrem que não são aéreos desinformados”, diz Simon



Pedro Simon (PMDB-RS) também conclamou os jovens a participarem, amanhã, das marchas contra a corrupção marcadas pela internet, em várias cidades. Em Brasília, o início está marcado para as 10h, com saída do Museu da República. O senador adiantou que não vai participar do protesto, que repete manifestação realizada no dia 7 de setembro.

– Não irei à caminhada. É apartidária, e o movimento é muito contra nós, os políticos, e com razão. (...) Por isso, não vou, para não constanger – explicou.

Apesar de análises de cientistas políticos apontarem falta de foco nos protestos e descreditarem do sucesso das marchas, Simon aconselhou que os jovens mostrem à sociedade que têm personalidade e pensamento e não são “aéreos desinformados que vão ao sabor das ondas”.

O senador comentou que o Supremo Tribunal Federal está numa situação bastante delicada. No foco das atenções, decidirá sobre os poderes do Conselho Nacional de Justiça para punir juizes e sobre a validade da Lei da Ficha Limpa.



Parlamentar questiona o destino dos recursos federais repassados ao Amapá

## Geovani Borges: para onde foram R\$ 2 bi?

Geovani Borges (PMDB-AP) disse ontem que, apesar de o governo do Amapá já ter recebido quase R\$ 2 bilhões nos últimos nove meses, setores como educação e saúde enfrentam muitas dificuldades. Parte desses recursos corresponde à própria arrecadação do estado, que ficou em R\$ 451 milhões, e o restante são repasses federais.

– O Amapá depende dos recursos do Fundo de Participação dos Estados, porque a nossa economia ainda gira em torno dos recursos federais – disse.

O senador lamentou que o estado esteja em último lugar no ranking do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Ele disse que a “situação da saúde é um verdadeiro Vietnã” e que a segurança “é desesperadora”. Além disso, a população sofre com quedas constantes de energia elétrica e o saneamento básico “é um caos”.

– Fico consternado em trazer esse assunto ao Senado, mas para onde estão indo esses recursos? – questionou.

## Paulo Paim volta a pedir fim do voto secreto no Legislativo

Paulo Paim (PT-RS) voltou a defender o fim do voto secreto na Câmara dos Deputados, no Senado e no Congresso. Uma das propostas que eliminam esse sistema é a PEC 50/06, de sua autoria.

O senador informou que, desde o início do mês, a Agência Senado e o DataSenado promovem enquete sobre o tema. O fim do voto secreto, ressaltou, conta até agora com o apoio de mais de 96% dos cerca de 5 mil votantes.

Segundo Paim, o voto secreto no Legislativo poderia ser mantido apenas em matérias específicas, como a indicação de determinadas autoridades e em temas referentes a assuntos estratégicos. Em apartes, Ricardo Ferraço (PMDB-ES) e Alvaro Dias (PSDB-PR) também apoiaram o fim do voto secreto e pediram mais transparência no Parlamento.

Alvaro é autor de um projeto que acaba com o sigilo na maioria das votações

no Congresso (PEC 86/07). Junto com Ferraço, ele pediu à Mesa do Senado que coloque em votação no Plenário as propostas que extinguem o voto secreto.

– Esse é um compromisso descumprido. No ano passado, houve um compromisso das lideranças de que esse projeto seria incluído na pauta e seria votado. E, no entanto, já passamos um ano com o descumprimento daquele compromisso – disse Alvaro Dias.

## Paim defende meia-entrada para idosos na Copa de 2014

Paulo Paim (PT-RS) defendeu a manutenção da meia-entrada para idosos em jogos da Copa do Mundo de 2014, no Brasil. A suspensão do benefício durante a competição é uma das medidas que a Fifa quer ver contempladas na Lei Geral da Copa em tramitação na Câmara dos Deputados.

O direito dos idosos à meia-entrada em eventos esportivos e culturais é uma conquista da população brasileira, garantida pelo Estatuto do Idoso. As normas da Fifa não precisam atropelar a legislação brasileira para que o evento seja realizado com sucesso, assinalou o parlamentar.

### Juventude

Paim também elogiou a aprovação, pela Câmara, do chamado Estatuto da Juventude, relatado pela deputada Manuela d'Ávila (PCdoB-RS). O projeto que institui o estatuto foi discutido durante sete anos pelos deputados federais e agora será debatido pelos senadores.

Paim explicou que o Estatuto da Juventude estabelece princípios e diretrizes para a criação de políticas, por parte do poder público, para jovens entre 15 e 29 anos. O texto também prevê o combate a discriminações e preconceitos, trata do transporte escolar e prevê a meia-entrada para os jovens em eventos esportivos e culturais.

## Contratos do Censipam e da EBC são prorrogados

Entrou em vigor, ontem, a Lei 12.501/11, proveniente da medida provisória (MP 538/11) que autorizou a prorrogação de contratos temporários de pessoal do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) e da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). A lei foi promulgada na última sexta-feira pelo presidente do Congresso Nacional, José Sarney, depois da aprovação da MP em Plenário, dois dias antes.

No caso do Censipam, órgão vinculado ao Ministério da Defesa, poderão ser mantidos, até 31 de dezembro de 2012, profissionais contratados entre julho de 2006 e maio de 2008. A ideia é evitar a perda repentina de pessoal com experiência e especialização na área.

No que diz respeito à EBC, a prorrogação se aplica a empregados contratados em 2008, que participaram do processo de implantação da empresa. Esses contratos poderão ser mantidos até 30 de junho de 2012.

Em setembro passado, a empresa realizou concurso público, exatamente para substituição desses empregados, mas o processo seletivo ainda não foi concluído.

Equipamento que permite ao trabalhador ter comprovantes de seus horários de entrada e de saída, tido como mais seguro contra fraudes, recebe duras críticas da Confederação Nacional da Indústria em reunião no Senado



Na reunião, o senador Paulo Paim (C) ouviu representantes da indústria, do Ministério do Trabalho e de magistrados, além de um auditor fiscal do Trabalho

# Audiência expõe divergências sobre adoção de ponto eletrônico

ADIADA POR QUATRO vezes, a exigência de uso do registrador eletrônico de ponto (REP) em empresas está prevista agora para 1º de janeiro de 2012, mas ainda causa controvérsia. Em audiência pública ontem, o novo modelo de ponto eletrônico foi defendido por representantes do governo e duramente criticado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O REP é exigido pela Portaria 1.510, publicada em 2009 pelo Ministério do Trabalho. As empresas que têm de implantar o novo sistema são aquelas que, entre outros requisitos, possuem mais de dez funcionários e não optaram pelo sistema

manual ou mecânico.

Segundo o ministério, com o novo equipamento os trabalhadores terão comprovantes de seus horários de entrada e saída, o que permitirá maior controle sobre as horas trabalhadas e eventuais horas extras. O equipamento também seria mais seguro contra fraudes.

Ao defender o sistema, Vera Lúcia Albuquerque, secretária de Inspeção do Trabalho do ministério, afirmou que o governo precisa garantir os direitos aos

**Representantes do governo defendem o novo sistema, que é criticado pela indústria**

trabalhadores e segurança jurídica às empresas. De acordo com ela, cerca de 100 mil empresas já implantaram o novo equipamento, incluindo companhias de grande porte como Ambev e Carrefour, estimuladas justamente pelo aumento da segurança jurídica.

O novo sistema também foi defendido por Paulo Paim (PT-RS), presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), que promoveu a audiência pública.

## CNI aponta gastos de R\$ 6 bi com implantação da tecnologia

Analista de Políticas e Indústria da CNI, Pablo Rolim fez críticas à exigência do novo ponto eletrônico. Ele declarou que a portaria do Ministério do Trabalho "surpreendeu a todos" porque vinculou todas as formas de ponto eletrônico a um só tipo de aparelho.

Rolim observou que existem outras tecnologias – relógios de ponto, cactras, computadores e até celulares – que são capazes de fornecer aos funcionários as informações sobre as horas trabalhadas.

– O REP pode ser utilizado, mas não pode ser o único sistema. A CNI entende que ele não é adequado para todos os casos – argumentou.

Ele afirmou que o REP foi projetado a partir de "diagnóstico equivocado": o de que a maioria das empresas não atua corretamente. Além disso, segundo Pablo Rolim, o novo sistema não é inviolável e pode sofrer adulterações, "ao contrário do que dizem". Segundo o representante da CNI, a implantação do REP no país levará a gastos de apro-

ximadamente R\$ 6 bilhões.

– São custos desnecessários para as empresas que trabalham corretamente – criticou.

Ao rebater esses comentários, o auditor fiscal do Trabalho Vandrei Barreto de Cerqueira disse que algumas empresas resistem ao registrador de ponto eletrônico porque não querem um sistema que não lhes permita "manipular os dados". Ele reiterou que essa manipulação se torna praticamente impossível com o REP.

## Sindicato acusa rede McDonald's de explorar funcionários

Sindicato de São Paulo acusa a rede de lanchonetes McDonald's de explorar seus funcionários sob o pretexto de utilizar uma jornada de trabalho "móvel e variável". De acordo com a denúncia, nos momentos de menor movimento em suas unidades, a rede faz com que parte de seus empregados permaneça em uma "sala de *break*", onde eles ficam à disposição do empregador, mas sem receber por isso.

Divulgada na semana passada, a acusação foi repetida ontem em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). A denúncia foi feita pelo Sindicato dos

Trabalhadores no Comércio e Serviços em Geral de Hospedagem, Gastronomia, Alimentação Preparada e Bebida a Varejo de São Paulo e Região (Sinthoresp).

Durante a audiência, o Sinthoresp apresentou vídeo em que uma funcionária do McDonald's, gravada sem seu conhecimento ao conversar com candidatos a emprego, declara que o salário médio para os atendentes varia de R\$ 380 a R\$ 400. O vídeo também mostra um ex-funcionário, não identificado, que afirma que o maior salário que recebeu da empresa foi de R\$ 230.

Presente à audiência, o diretor de Relações Governamentais do McDonald's,

Pedro Parizi, disse que a rede tem cerca de 40 mil funcionários no país e "talvez tenha cometido um ou outro deslize, mas sem má-fé". Ele argumentou que "as exceções não podem ser transformadas em marcas negativas de uma empresa reconhecida mundialmente".

– Se isso aconteceu, estamos aqui para dialogar – declarou.

Parizi afirmou ainda que a empresa investe cerca de R\$ 40 milhões por ano no treinamento de funcionários e é responsável pelo primeiro emprego para cerca de 2 mil jovens. O presidente do Sinthoresp, Francisco Calasans, disse que o sindicato está disposto ao diálogo.

Para senador, o fato de terem sido escolhidas três ativistas pela democracia, duas delas negras, aponta o reconhecimento da importância das mulheres na história

## Suplicy: Nobel da Paz para três mulheres diz muito

O FATO DE três mulheres ativistas e pacifistas terem sido agraciadas com o Prêmio Nobel da Paz foi avaliado ontem como muito significativo pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). A jornalista Tawakul Karman atua contra a ditadura no Iêmen e é conhecida como a mãe da Primavera Árabe naquele país; a presidente da Libéria, Ellen Johnson Sirleaf, é ativista contra a pobreza; e Leymah Gbowee, também liberiana, é ativista pela democracia.

— A olhos desavisados, isso não parece nada, mas eleger três mulheres, duas das quais negras, para o Prêmio Nobel da Paz, este ano, quer dizer muita coisa. Em primeiro lugar, o reconhecimento da mulher como sujeito da história e a sua importância nas nações mais pobres, muitas delas



Suplicy alia escolhas à revolução humana propiciada pela internet

ainda vivendo ditaduras cruéis e riquíssimas, tomando o dinheiro do Estado quase todo para si e deixando as grandes massas em

estado miserável — disse.

Para Suplicy, uma grande revolução humana está ocorrendo em 2011 graças à internet. O século 21 começou com o desejo de justiça, igualdade, fraternidade e solidariedade, “que, desde a Revolução Francesa, não tinha ainda penetrado na grande maioria dos povos”. Isso aconteceu devido às novas tecnologias e às redes sociais, que conseguem reunir milhares de pessoas contra a opressão.

— O único lugar do mundo que está a salvo é a América do Sul, que tem como presidentes um índio, um bispo, duas mulheres e um militar dissidente, e que não sofrerá consequências dessa grave crise porque estes governos estão preocupados não em concentrar, mas em redistribuir as rendas com os miseráveis.

## Cyro Miranda homenageia Steve Jobs, morto na semana passada

Cyro Miranda (PSDB-GO) lamentou ontem a morte de Steve Jobs, cofundador da Apple e ex-diretor executivo da empresa. Segundo o parlamentar, Jobs, que morreu aos 56 anos na última semana, mudou o mundo contemporâneo e foi a ponte que permitiu a interação do homem comum com o computador.

Cyro Miranda fez um relato da história da empresa fundada por Jobs em parceria com Steve Wozniak. Juntos, disse, os dois criaram o DNA da Apple, marcado pelo desejo permanente de tornar o ambiente dos compu-

tadores cada vez mais simples.

Para o senador, não se poderia pensar a sociedade do conhecimento sem Steve Jobs, da mesma forma que não se poderia pensar o mundo moderno sem a lâmpada de Thomas Edison, sem o telégrafo de Marconi ou o 14 Bis de Santos Dumont.

Ele pediu aos presentes em Plenário que fizessem alguns segundos de silêncio em memória de Steve Jobs.

Em aparte, Paulo Paim (PT-RS) informou a Cyro Miranda o resultado de demanda dos servidores terceirizados da Plan-sul, que prestam serviços à área



Cofundador da Apple facilitou interação com o computador, afirma senador

de comunicação do Senado. Os valores relativos ao saldo de horas negativas descontados no contracheque devem ser depositados hoje nas contas dos funcionários.

## Santiago elogia incentivo à agricultura familiar



Iniciativa ajudou o país a combater a fome, acredita Wilson Santiago

Wilson Santiago (PMDB-PB) parabenizou o governo federal pelo incentivo dado nos últimos nove anos ao fortalecimento da agricultura familiar. Em sua avaliação, a iniciativa fortaleceu a segurança alimentar no país, motivo pelo qual o Brasil foi excluído da lista de países onde 600 milhões de pessoas correm o risco de morrer de fome.

A relação foi apresentada em estudo elaborado por três agências ligadas à Organização

das Nações Unidas (ONU), com um alerta sobre o aumento da fome no mundo.

O senador informou que, de acordo com a análise, as oscilações nos preços dos alimentos devem continuar. Ele assinalou que a ameaça da fome é particularmente forte nos países mais dependentes da importação. O estudo alerta que toda a comunidade internacional deve agir com urgência e emergência para banir a fome do planeta.

## Para Vanessa, PEC da Música vai gerar desemprego

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) falou ontem contra a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 98/07, que concede isenção fiscal para a produção de CDs e DVDs de música brasileira. A proposta, conhecida como PEC da Música, está em tramitação na Câmara dos Deputados.

De acordo com a senadora, a proposta, se aprovada, deverá causar grandes prejuízos a empresas instaladas na Zona Franca de Manaus, provocando sua transferência para as regiões mais desenvolvidas do país.

— Aparentemente é algo importante, bonito, mas pode trazer grandes prejuízos à Zona Franca de Manaus, porque nos subtrairia imediatamente, do Polo Industrial de Manaus, aproximadamente 5 mil



Senadora acredita que isenção fiscal vai causar prejuízos à Zona Franca

empregos diretos, sem falar dos empregos indiretos — disse.

Vanessa observou ainda que a medida, que teoricamente deveria contribuir para melhorar as condições para a produção e o desenvolvimento musical no Brasil, não seria capaz de dar às empresas brasileiras do setor condições de concorrer com os CDs e DVDs piratas fabricados no exterior e que chegam ao Brasil por meio do contrabando.

## Ferraço destaca brasileiro na presidência da OIC

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) relatou sua participação, como observador, na 107ª sessão do Conselho da Organização Internacional do Café (OIC). O evento ocorreu no fim do mês passado em Londres.

O senador elogiou a eleição do economista brasileiro Robério Oliveira Silva para a direção-geral da OIC. De acordo com Ferraço, o sucesso da candidatura comprova a liderança do Brasil no mundo. Ele pediu a reinvenção da entidade, com revisão da política remuneratória do café.

O Brasil é o maior produtor e o segundo maior consumidor de café no mundo. Ferraço destacou que seu estado é o segundo maior produtor do grão do país, perdendo apenas para Minas Gerais.

## Cícero comemora os 147 anos de Campina Grande

A comemoração dos 147 anos de Campina Grande, completados hoje, foi registrada por Cícero Lucena (PSDB-PB). O senador disse que o segundo maior município da Paraíba combina tecnologia de ponta com a tradição cultural da cidade.

Campina Grande tem cerca de 400 mil habitantes e é responsável pelo segundo maior produto interno bruto (PIB) do estado, já que abriga o “Vale do Silício brasileiro”.

— Cidade das mais representativas da modernidade do nosso país, Campina Grande, ao mesmo tempo que respeita e valoriza tradições, investe em seu crescimento econômico e na exploração de sua vocação de polo industrial e centro tecnológico — afirmou o senador.



Senador lembra que país é o maior produtor mundial de café



Cícero Lucena diz que Campina Grande tem vocação tecnológica

### Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges\*, João Durval, Maria do Carmo Alves

e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

### Presidência da Sessão

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Vanessa Grazziotin • Anibal Diniz • José Sarney • Cyro Miranda • Ana Amélia

### Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Cláudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) — E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61 2211 — Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar — Brasília, DF  
Cep: 70.165 — 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

## Acre ganha ao discutir o Orçamento de 2012 da União, afirma Anibal Diniz

Anibal Diniz (PT-AC) registrou ontem a realização do seminário promovido pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) no último fim de semana na Assembleia Legislativa do Acre. Ele elogiou a participação de autoridades, representantes de instituições e movimentos sociais de seu estado na discussão do Orçamento de 2012 e do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 e das prioridades do Acre nos próximos anos.



Anibal Diniz

O senador ressaltou a importância, para a população, dos seminários regionais sobre o Orçamento da União. Ele lembrou que 11 estados serão visitados pela CMO e manifestou sua satisfação

com o fato de o Acre ter sido um dos contemplados.

Entre as propostas para o PPA, Anibal Diniz ressaltou a Ferrovia Transcontinental, que tem previsão de chegar a Vilhena (RO) e poderia ser estendida até Cruzeiro do Sul (AC), fazendo "integralmente o sentido leste-oeste do território brasileiro".

Em aparte, Jorge Viana (PT-AC) ressaltou a trans-

parência do debate sobre orçamento e assinalou que o Acre organizou suas contas, mas ainda tem a "colaboração decisiva" do governo federal.

Anibal Diniz ainda elogiou a ampliação do Supersimples e a inauguração da ponte sobre o rio Tarauacá, no Acre.

## Gurgacz destaca novo hospital de Rondônia



Waldemir Barreto/Senado Federal

O senador Acir Gurgacz (PDT-RO) destacou a inauguração do complexo hospitalar São Daniel Comboni, em Cacoal (RO). A obra foi toda construída e equipada com dinheiro do

governo italiano e de organizações não governamentais daquele país, explicou.

O complexo hospitalar levou oito anos para ser concretizado e era um sonho antigo da população de Cacoal e de Rondônia, disse o senador. O hospital contará com 20 leitos para internação, além de avançada unidade para tratamento de câncer, que deverá ser referência para a Amazônia. O atendimento será pelo Sistema Único de Saúde (SUS), com participação de clínicas particulares e convênios. O atendimento no complexo hospitalar deve começar a partir de novembro, informou o senador.

## Rodovias duplicadas, menos acidentes

A duplicação e a melhoria das rodovias federais vão ajudar a reduzir acidentes e mortes diários, observou ontem Valdir Raupp (PMDB-RO). Ele pediu que o governo intensifique a duplicação das estradas.



Moreira/Itaiz/Senado Federal

Em recente *ranking* mundial, o Brasil aparece como uma das 25 piores estruturas rodoviárias entre 142 países, afirmou. Mas, após conversa com o ministro dos Transportes, Raupp disse ter ficado mais tranquilo, pois Paulo Sérgio Passos enumerou diversas ações federais. Entre elas, a segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), que prevê R\$ 50 bilhões de investimentos nas estradas federais até 2014, com a construção de mais 8 mil quilômetros e a manutenção de outros 55 mil quilômetros, disse.

## Programa pode ajudar universitário a abater dívida com o Fies

Estudantes teriam abatimento mensal de 1% sobre saldo devedor do financiamento e receberiam bolsa para qualificação profissional

UNIVERSITÁRIOS ATENDIDOS PELO Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) que estejam fora do mercado de trabalho poderão ter acesso a programas de qualificação para exercerem atividades nas administrações estaduais e municipais. O objetivo da proposta, do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), é ampliar a qualificação do estudante em fase de conclusão do curso e oferecer a ele a oportunidade de reduzir a dívida acumulada junto ao Fies.

Pelo projeto (PLS 9/10), que está na pauta de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o Fies deverá abater, mensalmente, 1% do saldo devedor consolidado dos participantes do programa, incluindo os juros e independentemente do período de contratação do financiamento.

Os participantes também receberiam uma bolsa, a ser paga com recursos da União. O piso seria de um salário mínimo mensal para jornada de 20

horas semanais e de pelo menos dois para 40 horas. Valores maiores teriam de ser complementados com recursos dos estados e municípios.

Com voto favorável do relator, Clésio Andrade (PR-MG), o projeto estabelece período de até 12 meses para a qualificação, com possibilidade de prorrogação por igual período. Em cada estado ou município, o número de participantes não poderá ser superior a 20% do número de servidores.

Renan argumenta que o Fies teria se transformado em um impasse para os profissionais recém-formados, já que nem todos conseguem emprego, rapidamente, após a conclusão do curso.

Como eles começam pagar o financiamento ainda quando estão na universidade, o saldo devedor cresce, apesar dos juros reduzidos, de 3,5% ao ano. Os jovens se formam sem conseguir pagar o empréstimo. A inadimplência alcançaria 22% dos beneficiados pelo Fies.

## Evento debate ameaças às espécies

A proteção de espécies ameaçadas de extinção no Brasil será tema de colóquio promovido pela Comissão de Meio Ambiente (CMA). O evento será realizado na sexta-feira, das 9h às 18h, no Auditório Senador Antonio Carlos Magalhães, no Interlegis.

O colóquio é realizado em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e a União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais para

discutir a situação das espécies ameaçadas, os modelos jurídicos, a política de conservação e a conexão entre economia e biodiversidade.

De acordo com os organizadores, o Brasil é responsável pelo maior patrimônio de biodiversidade do mundo. São cerca de 210 mil espécies, sendo 134 mil animais e 49 mil plantas. A Lista das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção abarca 627 espécies.

## Escolha o meio. A gente entrega a mensagem.

Quer ficar por dentro de tudo o que acontece no Senado? A qualquer hora e em qualquer lugar? Então leia o **Jornal do Senado**. Além da versão impressa, você também pode acessar a versão na internet e seguir o Twitter. Ou receber a *newsletter* do jornal no seu *e-mail*, cadastrando-se no portal de notícias do Senado. O que importa é saber de maneira clara e imparcial tudo o que as decisões dos senadores têm a ver com a sua vida. Dia após dia.



Secs | Supres - Criação e Marketing | Foto: Cléber Medeiros

**JORNAL DO SENADO**

Twitter: @jornaldosenado | www.senado.gov.br/jornal



Minas Sem Censura

Professores de escolas públicas protestam em Minas: a CNTE planeja levar docentes do país inteiro a Brasília no próximo dia 26 para pedir, entre outros pontos, o cumprimento do piso do magistério

## Governadores afirmam que falta dinheiro

As secretarias estaduais de Educação dizem que os cofres públicos, dependendo do estado, não têm dinheiro suficiente para pagar aos professores iniciantes os R\$ 1.187 do piso nacional do magistério.

– O impacto do piso nas contas públicas é muito elevado. Muitos estados vivem do repasse de recursos da União. Uma queda no repasse do Fundo de Participação dos Estados acaba gerando dificuldades de ordem financeira, o que dificulta o pagamento do piso – explica Belivaldo Chagas, vice-presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed).

Segundo Chagas, as dificuldades seriam resolvidas se fosse feita uma “reapctuação nacional” que determinasse o envio de mais recursos federais oriundos de impostos aos estados mais dependentes da União. Ele, porém, diz:

– Todos os governos estão se esforçando para honrar o pagamento do piso do magistério. O piso é uma vitória dos professores de todo o país.

O Rio Grande do Sul é um dos estados que não cumprem a lei do piso. A Secretaria de Educação diz que o governador “assumiu o compromisso de integralizar o valor no decorrer de seu governo”.

A União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) afirma que falta dinheiro também às prefeituras para aumentar os salários dos professores.

– Os municípios sem receita própria, que dependem de recursos do governo federal, não dão conta de pagar o piso e ao mesmo tempo manter as escolas – diz Maria Cecília Amendola da Motta, vice-presidente da Undime.

# Em nove estados, salário de professor é inferior ao piso

Lei que determina salário mínimo para o magistério em todo o país foi aprovada em 2008, mas até hoje não é respeitada; governadores tentaram derrubá-la no Supremo

Ricardo Westin

Neste sábado, comemorase o Dia do Professor. A muitos mestres, porém, falta motivo para festejar. Um levantamento feito pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) mostra que nove redes estaduais de ensino pagam aos professores iniciantes menos do que o piso salarial determinado por lei.

Os estados que desrespeitam a lei, segundo a CNTE, são Rondônia, Amapá, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Goiás, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Nesses estados, há professores que trabalham em troca de menos de R\$ 1.187 por mês.

A lei do piso nacional do magistério foi aprovada pelo Congresso e sancionada pelo então presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, em 2008. Surgiu da união de um projeto do Poder Executivo com outro do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), ambos com o mesmo objetivo: impedir que certos estados e prefeituras continuassem pagando salários baixos a seus professores.

Na época em que entrou em vigor, a lei impôs um piso de R\$ 950 para uma jornada de trabalho de 40 horas semanais (oito horas por dia). Como a norma determina reajustes anuais, hoje está em R\$ 1.187. Para o ano que vem, preveem-se R\$ 1.385. O piso salarial beneficia os professores que se encontram no

degrau mais baixo da carreira: os iniciantes e com formação de nível médio (sem curso superior).

– Acabou virando uma lei para inglês ver: existe, mas não é cumprida. Onde está o Ministério Público, que não pede a condenação dos prefeitos e dos governadores que não pagam o piso? Para que serve a Lei da Improbidade Administrativa? – critica Cristovam Buarque.

Além de ter sido amplamente

Já que não conseguiram derrubar a lei, os governadores pediram ao Supremo que benefícios e gratificações dados aos professores pudessem ser somados aos salários. Assim, atingiriam o piso mais facilmente. Os professores reclamaram, lembrando que benefícios e gratificações não são levados em conta no cálculo da aposentadoria e podem deixar de ser pagos a qualquer momento. Em abril passado, o STF decidiu que o salário é uma coisa e que benefícios e gratificações são outra.

Durante o período de indecisão, governadores e prefeitos não se preocuparam em pagar o piso nacional aos professores apostando que a lei acabaria sendo anulada pelo Supremo.

A CNTE não tem dados sobre os salários dos professores das escolas municipais, mas crê que a situação deles é ainda pior do que a dos professores das escolas estaduais. A maioria dos municípios é de pequeno porte e tem arrecadação de impostos mínima, o que lhes obriga a manter a educação exclusivamente com verbas enviadas pelo governo federal.

– Sabemos que existem professores ganhando R\$ 300 de salário, que, com as gratificações, sobe para R\$ 700. É vergonhoso para o país. Como temos a pretensão de oferecer a nossas crianças uma educação de qualidade se não valorizamos o professor? – questiona o presidente da CNTE, Roberto Franklin de Leão.

### Piso do magistério

Nove estados descumprem lei e pagam menos que R\$ 1.187



Fonte: CNTE

discutida no Congresso, a lei do piso do magistério resistiu a tentativas de anulação nos tribunais. Assim que foi aprovada, um grupo de governadores recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo que fosse declarada inconstitucional. Uma lei federal, argumentaram, não poderia interferir no salário de funcionários estaduais e municipais. O STF não lhes deu razão.

### Saiba mais

**A integra da lei do piso nacional do magistério, de 2008**

<http://migre.me/5T7E1>



**A CNTE defende que se implante um piso salarial maior para os professores da rede pública**

<http://migre.me/5T7EL>

**Projeto de Cristovam Buarque e Pedro Simon para que professor tenha reajuste de senador**

<http://migre.me/5T7Ft>

CONFIRA A ÍNTEGRA DO ESPECIAL CIDADANIA EM [WWW.SENADO.GOV.BR/JORNAL](http://WWW.SENADO.GOV.BR/JORNAL)